

# AGRICULTORES DE BELO CAMPO PASSAM A PRODUZIR E COMERCIALIZAR ALIMENTOS SAUDÁVEIS A PARTIR DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Págs. 09

FOTO: ANDRÉ FRUTUÓSO



24  
Anos

## Emoções ao limite: psicólogo explica os sintomas do transtorno de personalidade borderline

Págs. 06

## CNM ALERTA QUE REAJUSTE DO PISO DO MAGISTÉRIO NÃO TEM BASE LEGAL E ORIENTA CAUTELA AOS GESTORES MUNICIPAIS

Págs. 07

# CASOS DE DEMÊNCIA NO BRASIL DEVEM DOBRAR NOS PRÓXIMOS ANOS. ESPECIALISTAS APONTAM OS CAUSADORES DESSE AUMENTO

Segundo estudo, o número de brasileiros com quadros de demência deve aumentar cerca de 206% até 2050



FOTO: FREEPIK

MF PRESS GLOBAL  
pressmf.global

Um novo estudo, publicado pela Lancer Public Health, indica que o número de brasileiros com demência deve subir 206% até 2050, fazendo com que o número de casos da condição aumente para 5,6 milhões, o que acende o alerta sobre cuidados que devem ser tomados.

De acordo com o Pós PhD em neurociências, Dr. Fabiano de Abreu Agrela, os hábitos e condições de vida do povo brasileiro são os principais fator para o crescimento dos casos.

“A demência não é causada apenas pelo envelhecimento populacional e sim em decorrência de hábitos, cultura das redes sociais e suas consequências no cérebro, assim como a ansiedade em excesso são facilitadores.”

“A responsabilidade sobre as demências não está tanto no sedentarismo, mas no tipo de alimentação e o que é utilizada, os produtos que são consumidos, até que ponto são confiáveis? Vamos jogar luz sobre o fato de sermos a sociedade mais ansiosa do mundo e no que isso acarreta como transtornos e depressão, o que leva a neurodegeneração, assim como uso prematuro de medicamentos para foco atencional e memória”, alerta.

## Como prevenir o surgimento de demências?

O surgimento de doenças neurodegenerativas relacionadas ao estilo de vida e hábitos nocivos também é reforçado pelo neurocirurgião Dr. Alexandre Casagrande, que afirma que manter o cérebro ativo é um dos principais cuidados para evitar a doença.

“Claro, existe a contribuição de fatores biológicos sobre os quais não temos controle, mas os hábitos possuem um papel fundamental no surgimento de demências, o envelhecimento cerebral está ligado ao excesso de ansiedade e depressão que são fatores conhecidos por influenciar o desenvolvimento de doenças demenciais”.

“A falta de atividade física, muito presente na sociedade atual, aumenta a chance de demência vascular por microangiopatia, com o passar do tempo também é essencial manter o cérebro ativo, seja com atividades manuais, instrumentos musicais etc., tudo que possa estimular o cérebro com hábitos diferentes, evitando assim a ‘preguiça cerebral’ que acelera o ‘envelhecimento cerebral’”. Ressalta.

## Doença incurável: Os avanços da medicina no tratamento de demência

Ainda não há nenhum tratamento capaz de reverter totalmente a demência, apenas reduzir o seu avanço e proporcionar uma maior qualidade de vida aos pacientes, no entanto, a ciência permanece na busca de novas tecnologias capazes de ajudar a frear o avanço das doenças neurodegenerativas, como explica o neurocirurgião Dr. Bruno Burjaili.

“Isso ainda não é tão notável para as demências, ou seja, não existem tantas estratégias de medicina para melhorar seus sintomas de uma maneira muito impactante, a tendência ainda é que muita gente passe por isso juntamente às suas famílias. Isso faz com que grandes mentes, após extensa experiência de vida per cão, gradualmente seu potencial de ajudar sua comunidade e, em última instância, a sociedade como um todo.”

“O implante de eletrodo cerebral profundo ou marca passo cerebral, muito utilizado na doença de Parkinson, no tremor essencial e na distonia que são outras doenças neurológicas, já foi tentado em estudos internacionais para a doença de Alzheimer. Infelizmente, o resultado desses estudos não foi muito animadora até agora. Continuamos batalhando para tentar trazer novas maneiras de ajudar a melhorar os sintomas da demência.”

“No Brasil, muitas pessoas não têm acesso a todo o cuidado necessário para quem tem a doença. Isso só torna tudo mais difícil por ser complicado ou mesmo impossível conseguir esse suporte através do SUS e dos planos de saúde”, lamenta.

**Já começou o**  
**Censo**  
**2022!**

**RECEBA BEM O RECENSEADOR  
E RESPONDA CORRETAMENTE**

**IBGE**  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Jornal do Sudoeste**  
24 anos  
Apenas a verdade.

Saiba tudo  
no site do IBGE

# PESQUISA IDENTIFICA RESÍDUOS DE PESTICIDAS EM PAPINHAS INFANTIS

Análise feita na Espanha usou metodologia desenvolvida por pesquisadores da Unicamp para rastrear grande variedade de compostos de uma só vez

FOTO: DIVULGAÇÃO



■ MONICA TARANTINO  
AGÊNCIA FAPESP

**E** estudo conduzido por cientistas do Brasil e da Espanha rastreou a presença de 21 agrotóxicos (incluindo fungicidas, inseticidas e herbicidas) e quatro toxinas produzidas por fungos do gênero *Aspergillus* (aflatoxinas) em 50 amostras de alimentos industrializados para bebês comercializados em supermercados no Estado de São Paulo.

A boa notícia é que não foram encontradas nas amostras selecionadas as temidas aflatoxinas, que são tóxicas ao organismo humano e de animais e podem surgir em cereais, grãos e outros cultivos. A aflatoxina B1, por exemplo, é comprovadamente carcinogênica.

A pesquisa foi conduzida pela engenheira de alimentos Rafaela Prata, com apoio da Fapesp, e divulgada na revista *Food Control*.

Quanto aos agrotóxicos, o estudo revelou inicialmente a presença de sete dos 21 compostos rastreados. “Encontramos resíduos de pesticidas em 68% das amostras analisadas de alimentos infantis. No recorte por composição e sabor, 47% das papinhas com frutas apresentaram pelo menos um resíduo de agrotóxico, índice que foi de 85% para as comidas de bebês à base de carne e vegetais”, descreve a pesquisadora.

As concentrações dos agrotóxicos identificados ficaram abaixo dos limites máximos de resíduos estabelecidos pela legislação europeia desde 2006, que foi usada como padrão no estudo. De modo geral, na União Europeia, o limite é de 10 microgramas por quilo de alimento para diferentes agrotóxicos. Limites ainda mais baixos foram determinados para agrotóxicos específicos, como fipronil (4 microgramas por quilo). “Não existe, no Brasil, uma legislação própria para limitar a concentração de resíduos de agrotóxicos em alimentos infantis”, diz Prata. “O que existe são monografias

sobre agrotóxicos no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária [Anvisa], que consultamos para ver em quais cultivos o uso de determinado produto é autorizado, bem como os limites máximos em alimentos, mas nada sobre as papinhas”, diz Prata.

Para a pesquisadora, falta uma regulamentação específica para esses produtos. “Os bebês são um grupo populacional sensível e vulnerável porque ingerem mais alimentos por quilograma de peso corporal do que os adultos e seus sistemas de desintoxicação e vias metabólicas não estão totalmente desenvolvidos. É importante conhecer a composição dos alimentos oferecidos a eles”, justifica a pesquisadora.

“Ainda que estejam dentro dos limites preconizados pela legislação europeia, o ideal é que essas substâncias não sejam encontradas em alimentos infantis”, afirma o pesquisador espanhol Roberto Romero-González. Referência internacional no estudo de contaminantes e supervisor deste projeto de pesquisa no exterior, González é um dos líderes do Laboratório de Química Analítica e Contaminantes do Research Centre for Mediterranean Intensive Agrosystems and Agri-Food Biotechnology (Ciambital), na Universidade de Almeria, na Espanha, onde foi realizada parte das análises das papinhas brasileiras, com financiamento da Fapesp.

## Faltam estudos

A presença de pesticidas e de toxinas produzidas por fungos em alimentos infantis ainda é pouco estudada no Brasil, embora avance em países europeus. “Somos um dos maiores consumidores dessas substâncias do mundo. Precisamos investir nesse tipo de pesquisa”, defende Prata. “Até onde sabemos, foi a primeira análise feita com uma metodologia desenvolvida para identificar pesticidas de classes diferentes e micotoxinas em alimentos infantis à base de carnes e vegetais.”

Parte da investigação foi conduzida no Laboratório de Análises de Alimentos I da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a coordenação da professora Helena Godoy, que estuda contaminantes em alimentos infantis e validação de métodos com apoio da Fapesp. Anteriormente, o país dispunha apenas de dados sobre a contaminação por agrotóxicos em papinhas feitas com frutas.

Logo depois dessa análise, o grupo submeteu as mesmas amostras a uma nova triagem para rastrear a presença de 2.424 contaminantes não abordados a princípio, entre eles outros pesticidas, hormônios, medicamentos veterinários e seus metabólitos (substâncias derivadas da metabolização desses compostos químicos pelo organismo humano).

“Encontramos mais dez agrotóxicos e um metabólito, demonstrando que o método que desenvolvemos é sensível e eficaz”, diz Prata. Ela se refere ao processo de inovação, com uso de novos materiais, para adaptar metodologias usadas para identificar um único composto à detecção simultânea de um conjunto de resíduos de agrotóxicos e micotoxinas. “Nós conseguimos desenvolver um método analítico multirresíduos confiável e validá-lo totalmente. Pode ser uma ferramenta útil para programas de vigilância de alimentos”, afirma.

Segundo a pesquisadora, o metabólito sulfóxido de aldicarbe foi encontrado em três sabores de papinhas: caldo de feijão, arroz e carne; legumes e carne; e abóbora, feijão preto e peito de frango. O teste não mediu a quantidade de resíduos.

O aldicarbe é um pesticida proibido no Brasil desde 2012. Por sua alta toxicidade, era usado ilegalmente como raticida (o popular “chumbinho”). Segundo o toxicologista Daniel Junqueira Dorta, professor de química forense na USP de Ribeirão Preto, trata-se de pesticida que se degrada rapidamente no solo, em cerca de duas ou três semanas. A presença de resíduos no alimento sugere, portanto, o uso irregular nas lavouras. Da mesma forma, o composto se degrada rapidamente no organismo e é eliminado.

“O efeito pior do aldicarbe é agudo, por concentração mais alta”, diz o toxicologista. “De todo modo, não deveria haver resíduo desse tipo de jeito nenhum”, diz o toxicologista. Para a professora Helenice de Souza Spinosa, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, que analisou a toxicidade do composto em cães e gatos, o achado é relevante e precisa ser mais bem investigado e detalhado. Ela lembra ainda que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além das próprias empresas, faz o monitoramento da presença de contaminantes nos alimentos por amostragem regularmente.

“Se você pensar que a criança vai se alimentar com pequena quantidade e nesse estudo nem está quantificado, ou seja, podem ser apenas traços, isso não vai causar intoxicação aguda. Mas o achado é importante: embora proibido, pode ser que estejam usando e não sabemos”, diz Spinosa.

Procurada pela reportagem, a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) sugeriu, por meio de sua assessoria de imprensa, que a Agência Fapesp entrasse em contato com a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins e Congêneres (Abiad). Em nota, a Abiad afirmou que as empresas a ela associadas seguem todas as normas e legislações nacionais vigentes e que têm restritas políticas para garantir a qualidade dos produtos aos consumidores.

“Os alimentos passam por diversos e rígidos processos de controle de vigilância sanitária, sendo aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e só então liberados para o consumo do público. A Abiad também reforça que nenhuma das empresas associadas foi informada por órgãos que regulamentam a qualidade dos produtos no Brasil sobre substâncias irregulares encontradas em alimentos infantis.”

• Artigo: *Targeted and non-targeted analysis of pesticides and aflatoxins in baby foods by liquid chromatography coupled to quadrupole Orbitrap mass spectrometry.*

SAÚDE MENTAL

# Emoções ao limite: psicólogo explica os sintomas do transtorno de personalidade borderline

O psicólogo Cláudio Melo, da Holiste Psiquiatria, aponta que a falta de informação sobre o problema aumenta o estigma contra os pacientes

ADRIANA FERNANDES - ASCOM  
(TRÓPICO COMUNICAÇÃO)

adriana@tropicocomunicacao.com.br

O Transtorno de Personalidade Borderline já foi abordado em obras de ficção e até ganhou destaque em reality shows, contudo, fora das telas, a falta de informação pode isolar os pacientes, que sofrem com a dificuldade em manter relacionamentos saudáveis - familiares, de trabalho e amorosos - e a estabilidade emocional devido às mudanças frequentes de humor, impulsividade exacerbada e pensamentos autodestrutivos.

O borderline é um tipo de transtorno mental que afeta a maneira como uma pessoa se

sente e se comporta em relação a si mesma e aos outros. Os sintomas podem incluir oscilações emocionais extremas, comportamento impulsivo, dificuldade em controlar a raiva e pensamentos suicidas. Esses sintomas geralmente aparecem na adolescência ou no início da vida adulta e podem interferir significativamente na vida diária da pessoa", esclarece o psicólogo Cláudio Melo.

Muito além das cenas de descontrole que, na maioria das vezes, ilustram a narrativa sobre personagens com transtorno de personalidade borderline na mídia. Na vida real, a dificuldade em controlar os próprios impulsos, podem levar os pacientes em crise a agir sem pensar nas consequências - causando danos aos relacionamentos interpessoais e risco à própria integridade física e emocional.

"Isso pode levar a comportamentos arriscados, como gastar dinheiro de forma descontrolada, ter relações sexuais sem proteção ou consumir substâncias tóxicas, por exemplo. O comportamento impulsivo também pode manifestar-se em atitudes autodestrutivas, como cortar o próprio corpo ou comportamentos suicidas. Esses comportamentos impulsivos podem ser resultado de mudanças súbitas de humor e dificuldade em controlar as emoções", alerta o especialista da Holiste Psiquiatria.

O acompanhamento profissional é fundamental para aumentar a qualidade de vida dos pacientes. Na maioria das vezes, o tratamento combina terapia e medicamentos. O profissional detalha que, ao passo que a terapia pode ajudar a lidar e melhorar as habilidades de relacionamento, os medicamentos podem ajudar a controlar os sintomas emocionais.

"A causa exata do transtorno de personalidade borderline ainda é desconhecida. Os pesquisadores acreditam que a condição pode ser resultado de uma combinação de fatores genéticos, biológicos e ambientais. No entanto, o mais importante é procurar ajuda profissional se você ou alguém que você conhece estiver experimentando comportamentos semelhantes", finaliza Melo.



FOTO: LGOLUBOVYSTOCK



**SIGA-NOS**  
nas **REDES-SOCIAIS**

JORNALDOSUDOESTE

(77) 9 9804-5635



Facebook



Instagram



Twitter



YouTube



Whatsapp

# CNM ALERTA QUE REAJUSTE DO PISO DO MAGISTÉRIO NÃO TEM BASE LEGAL E ORIENTA CAUTELA AOS GESTORES MUNICIPAIS

■ **ASCOM/CNM**  
imprensa@cnm.org.br

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) reitera que não há base legal para o reajuste do piso nacional do magistério de 14,95% em 2023. A medida - homologada na Portaria 17/2023, publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira, 17 de janeiro - trará impacto anual de R\$ 19,4 bilhões apenas aos cofres municipais. A CNM vem se posicionando sobre a inconstitucionalidade do reajuste desde janeiro de 2022, quando o Ministério da Educação anunciou o reajuste de 33,24% para o referido ano, apesar de haver parecer contrário da Advocacia-Geral da União (AGU).

O movimento municipalista destaca que há um vácuo legislativo que coloca em risco a segurança jurídica de aplicação do reajuste do piso nacional do magistério, pois se baseia em critérios que remetem à Lei 11.494/2007, do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), expressamente revogada pela Lei 14.113/2020, de regulamentação do novo Fundeb.

Os governos Bolsonaro e Lula têm, portanto, a mesma posição em relação ao reajuste do piso do magistério, preferindo não considerar o pacto federativo para não confrontar o movimento sindical dos professores. Destaca-se que o piso do magistério não impacta as contas do governo federal, pois quem paga são Estados e Municípios. Já quando se trata de medidas que impactam as finanças da União, como o salário mínimo e o valor per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), há indefinição sobre o reajuste.

Importante ressaltar, ainda, que o piso do magistério proposto na Lei 11.738/2008 se tornou um grande problema para a gestão da educação no país, na medida em que sua atualização, baseada no Valor Mínimo por Aluno Ano definido nacionalmente, tem sido sempre superior ao crescimento da própria receita do Fundo, pressionando o crescimento da folha de pagamento dos professores. Entre 2009 e 2023, a receita do Fundeb aumentou 255,9% e o reajuste do piso do magistério foi de 365,3%.

Em pesquisa realizada pela CNM em 2022 com 4.016 Municípios, cerca de 3 mil Municípios pesquisados deram reajuste ao magistério público, sendo que 1.721 concederam percentuais diferentes do anunciado pelo governo federal, o que mostra que a medida divulgada pelo MEC não repercutiu em todos os Entes municipais. De todos os Municípios consultados, somente 31,1% deram o reajuste de 33,24% definido na Portaria do Ministério da Educação.

Por essa razão, a CNM continua recomendando cautela e prudência aos gestores municipais enquanto não houver solução legislativa para o critério de reajuste do piso. Em 2023, a entidade mantém a orientação dada no início de 2022 de que os Municípios não estão obrigados a dar o reajuste baseado em dispositivo sem validade legal e que concedam reajuste aos professores considerando a inflação de 2022 e as condições fiscais do Município, com igual tratamento dado ao conjunto dos servidores municipais.

Veja abaixo a estimativa de impacto por UF referente a 2023 com o reajuste de 14,95%:

UF	Impacto financeiro do Piso do Magistério estimado para 2023	UF	Impacto financeiro do Piso do Magistério estimado para 2023
AC	126.700.154	PE	998.751.811
AL	417.230.071	PI	341.611.234
AM	672.990.734	PR	1.210.776.158
AP	49.282.003	RJ	1.350.029.537
BA	1.437.411.141	RN	222.618.183
CE	1.230.812.619	RO	91.287.978
ES	565.167.163	RR	62.279.857
GO	259.490.116	RS	1.121.486.810
MA	1.022.273.558	SC	1.017.666.175
MG	2.248.810.474	SE	133.967.688
MS	465.028.327	SP	2.631.654.378
MT	259.135.530	TO	216.536.851
PA	853.029.244	<b>Total</b>	<b>19.442.920.478</b>
PB	436.892.683		

Fonte: RAIS e PNAD contínua. Elaboração: CNM

FOTO: DIVULGAÇÃO

# Oferta de produtos da agricultura familiar será ampliada na rede estadual de Ensino da Bahia

FOTOS: MATEUS PEREIRA/GOVBA



■ ASCOM - SDR/CAR  
ascom@car.ba.gov.br

Os produtos da agricultura familiar vão enriquecer a alimentação dos estudantes da rede estadual de ensino da Bahia. São alimentos saudáveis e sustentáveis produzidos por cooperativas apoiadas pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que estarão presentes no dia a dia das escolas.

A ação visa o cumprimento da Lei Federal nº 11.947, que prevê que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e seus empreendedores.

O assunto foi tema de reunião entre representantes do Governo da Bahia, da SDR, da CAR e da Secretaria de Educação (SEC), que debateram também a capacitação dos gestores escolares, itens do cardápio, logística entre fornecedores e colégios, ajustes nos processos de compras e editais.

O chefe de gabinete da SDR, Adriano Costa, reforçou a força da agricultura familiar baiana. “A agricultura familiar da Bahia é forte, tem produto de qualidade e está disponível para ofertar esses produtos para todas as escolas da Bahia. Em breve, vocês vão ver produtos de qualidade nas escolas com os nossos estudantes bem alimentados e na estratégia do combate à fome”.

O diretor-presidente da CAR, Jeandro Ribeiro, contou que foram apresentados produtos e propostas e discutida a estratégia de colocar esses produtos na alimentação escolar. “A diversidade da agricultura familiar estará presente na rede pública de ensino do estado da Bahia. São 700 mil alunos recebendo um alimento que foi produzido por quase 600 mil famílias de agricultores familiares”.

A expectativa é que, nos próximos dias, seja lançada uma chamada pública para a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.

# AGRICULTORES DE BELO CAMPO PASSAM A PRODUZIR E COMERCIALIZAR ALIMENTOS SAUDÁVEIS A PARTIR DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

FOTO: ANDRÉ FRUTUOSO

■ ASCOM - SDR/CAR  
ascom@car.ba.gov.br

Com o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ofertado pelo Governo do Estado, por meio do projeto Bahia Produtiva, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), famílias de comunidades rurais de todo o estado passaram a produzir e comercializar alimentos saudáveis.

É o caso de Gleide de Oliveira, moradora da comunidade Bomba, no município de Belo Campo, no Sudoeste baiano. “Minha propriedade não tinha produtividade nenhuma. Eu só tinha sete galinhas e não tinha plantação. Eu não tinha muita informação, conhecimento. Com a chegada do Bahia Produtiva isso mudou. Não sabia que seria tão bom para mim. Chegou o projeto de galinha caipira e a assistência técnica e eu me interessei, comecei a consumir produtos mais saudáveis e ainda a ter uma renda, que antes não existia. Hoje, estou com cerca de 100 aves”.

Com as orientações técnicas, a agricultora aprendeu a criar as galinhas com o manejo correto e já produz também a alimentação das aves. “Antes, minhas galinhas ficavam no mato, comiam qualquer coisa, bicho matava. Agora, elas ficam em um local adequado. A ração eu produzo com palma, maniva e moringa, que aprendi a cultivar, o que diminuiu meu custo na alimentação desses animais, em cerca de 50%”, ressalta Gleide.

Entre os diversos cultivos que Gleide têm em sua propriedade e que servem não só para a alimentação animal, mas também para o consumo próprio, estão as plantas alimentícias não-convencionais (PANC): taioba, ora-pro-nóbis e língua de vaca, utilizadas em suas refeições. Ela produz também, em seu canteiro, outros produtos como couve, coentro, alface, beterraba, cenoura. Mas o que chama a atenção mesmo é a plantação, toda feita de forma orgânica, de abóbora e mamão, que viraram o carro chefe de sua produção.

Além de inserir alimentos de qualidade em suas refeições e fazer a própria ração para os animais, o excedente que é cultivado por Gleide é transformado em renda. “Vendo cerca de 25 dúzias de ovos por mês para o município de Vitória da Conquista e a carne [das aves] na região de Belo Campo. Já cheguei a mandar 45 dúzias. Com as PANC melhorou a nossa alimentação e também a dos animais. Tinha coisa que a gente comprava fora e hoje planta aqui. Já a abóbora vendo cerca de 1.500 quilos e o mamão 500 quilos por mês”, comemora Gleide. A venda dos alimentos é realizada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para a rede Bem Viver, de Vitória da Conquista.

Com a renda, Gleide comprou três vacas de leite e já faz novos planos para melhorar e aumentar a produção. “Quero seguir avançando. É muito bom poder viver e comer daquilo que a gente produz. Agora, já tenho o meu próprio leite, uns 22 litros por dia, consumo e ainda tiro um dinheirinho com a venda dele aqui mesmo na comunidade. Estou fazendo uma nova plantação de palma e uma capineira, para ajudar na alimentação das vacas, e ainda quero fazer muito mais”.

O Governo do Estado, via projeto Bahia Produtiva, vem trabalhando para garantir o direito à segurança alimentar aos agricultores e agricultoras familiares, com um Plano de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Na comunidade Bomba, o Plano de Ação SAN, executado por meio de intervenções diretas das equipes de ATER, inclui iniciativas como visitas técnicas, encontros comunitários, intercâmbios e seminários.

O projeto é executado CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com cofinanciamento do Banco Mundial.

A matéria faz parte da Revista Bahia Produtiva – Assistência Técnica e Extensão Rural promove transformações no rural baiano e pode ser conferida na íntegra acessando o link: [https://issuu.com/sdrbahia/docs/revista-bahia-produtiva\\_sdr\\_2022](https://issuu.com/sdrbahia/docs/revista-bahia-produtiva_sdr_2022).



# DEFENSORIA DA BAHIA INSTITUI NÚCLEO PARA FOMENTAR IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EQUIDADE RACIAL

■ **ASCOM DPE/BA**  
ascom@defensoria.ba.def.br

O Núcleo de Equidade Racial vai desempenhar uma ação estratégica e transversal com as demais estruturas da Defensoria e com os movimentos sociais.

Quando a filósofa Angêla Davis disse que numa sociedade racista é preciso ser antirracista, ela convocou àquelas(as) que se contrapõem ao regime de desigualdades baseado na raça a combatê-lo através de ações práticas. E é justamente isso que a Defensoria Pública da Bahia-DPE/BA tem feito como parte essencial de sua razão de existir.

Nesse sentido, na mesma data em que milhares de baianos comemoravam o retorno da segunda maior manifestação cultural do estado: a Lavagem do Bonfim, a Defensoria sedimentou mais um avanço na sua estrutura organizacional para combate ao racismo. No Diário Oficial de quinta-feira, 12, foi instituído o Núcleo de Equidade Racial, ao qual compete fomentar, monitorar e avaliar a Política de Promoção da Equidade Racial e Enfrentamento ao Racismo da DPE/BA.

“Esse é o coroamento de um trabalho que, há alguns anos, vem sendo realizado de forma inédita pela Defensoria da Bahia e que tem sido paradigma para as outras defensorias brasileiras”, destacou o defensor geral da Bahia, Rafson Ximenes. Ele lembrou ainda o trabalho de promoção da equidade racial que vem sendo realizado pela instituição, através de iniciativas como a reserva de vagas para pessoas negras nos concursos, as bancas de hetero-identificação, as cotas para pessoas indígenas, o GT de Igualdade Racial, a política de equidade racial, o Censo e a valorização da Ouvidoria Externa.

O Núcleo criado através da Portaria N° 039/2023 é uma das diretrizes previstas na própria política de equidade racial da DPE/BA. A nova estrutura está vinculada à Especializada de Direitos Humanos, mas sua atuação envolverá uma articulação permanente com todas as Defensorias Públicas Especializadas e Regionais, bem como com os demais núcleos, grupos de trabalho e comissões da instituição com o objetivo de definir estratégias comuns e intercâmbio de experiências no enfrentamento transversalizado ao racismo.

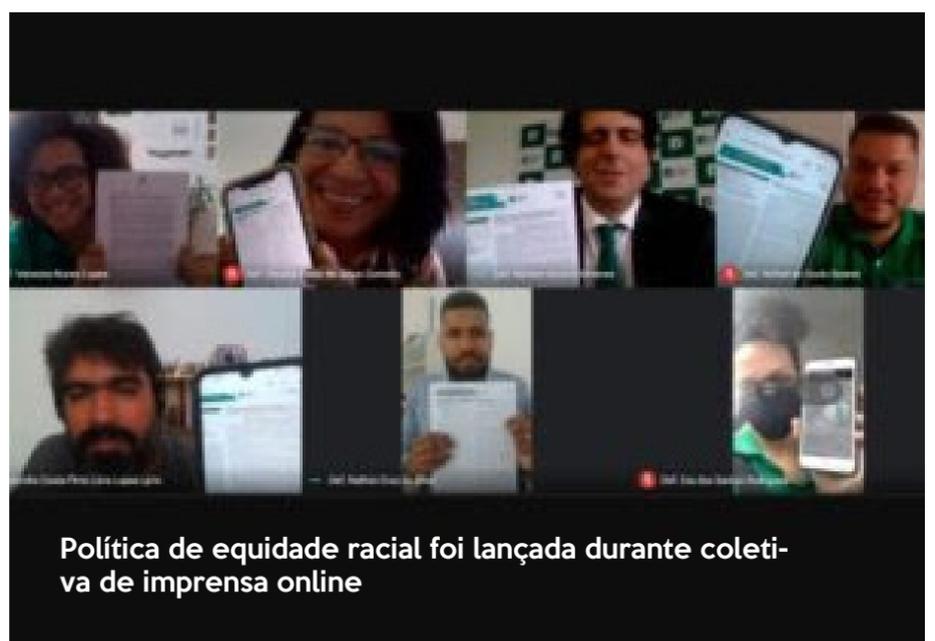
“A importância desse núcleo é imensurável para a promoção da equidade, letramento racial e também para o enfrentamento de tantas violências sofridas pelo povo negro e pelas comunidades tradicionais em toda Bahia. Pela composição que se configurou, tenho certeza que nossa instituição avançará ainda mais e se tornará uma grande referência nessa temática”, comemorou a coordenadora da Especializada de Direitos Humanos, Livia Almeida.

## Diálogo com os movimentos sociais

FOTOS: ARQUIVO/ASCOM

Além da articulação interna, a nova estrutura vai desempenhar uma atuação estratégica de articulação com os movimentos sociais. Entre as funções atribuídas ao Núcleo pela Portaria que o institui está a de identificar pautas populares no âmbito da equidade racial que possam ser fortalecidas com a intervenção da Defensoria Pública.

“Com o formato desenhado para o Núcleo, a Defensoria Pública passa a ter uma possibilidade de atuação estratégica mais ampla em todo o estado, potencialmente nas questões envolvendo demandas das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, especialmente onde ainda não há sede da Defensoria instalada”, destacou a defensora pública Vanessa Lopes, que assume a coordenação da nova estrutura.



Para a ouvidora geral da Ouvidoria Cidadã da DPE/BA, Sirlene Assis, o Núcleo de Equidade é mais um mecanismo de desconstrução do Estado racista e do racismo institucional. Para ela, por ser instrumento de promoção da justiça e dos direitos humanos, a Defensoria tem que compreender a importância da equidade racial e de como ela deve pautar toda a atuação institucional.

“Essa é uma decisão histórica e importante para a garantia dos direitos humanos, que vai possibilitar a DPE/BA avançar na defesa e garantia de direitos da população mais vulnerabilizada do nosso estado. A maioria dos nossos assistidos é de pessoas negras e o componente do racismo é um dos que vem ceifando a vida de milhares de baianos”, Sirlene Assis.

## Composição do Núcleo

Grupo de estudo iniciou atividades em 2019 (Arquivo Ascom)

Além da coordenação, o Núcleo é composto por cinco outros(as) defensores(as) colaboradores. Pela Portaria, as indicações levaram em conta a experiência e vivência do(a) indicado(a) no campo da temática racial, além do percentual mínimo de 70% de membros pertencentes às populações negra e indígena.

Ao comentar a escolha de Vanessa para a coordenação, o defensor geral Rafson Ximenes destacou seu histórico de luta e potencial para se tornar referência nacional na área de equidade racial. Para ela, sua trajetória na Defensoria da Bahia tem sido conduzida pela luta contra o racismo, literalmente desde o ingresso na instituição, já que foi contemplada pelo sistema de cotas.



Grupo de estudo iniciou atividades em 2019

“Gosto de me apresentar inclusive dessa forma, como uma defensora cotista. Trata-se de reconhecer a luta do movimento negro no Brasil para que pudéssemos ocupar esses espaços, o que faço, portanto, com muito orgulho”, reforçou a defensora pública, que lembrou ainda do trabalho coletivo iniciado com o grupo de estudo anterior à criação do GT de Igualdade Racial.

Também integram a equipe do Núcleo Mônica Antonieta Magalhães da Silva; Gilmar Bittencourt Santos Silva; Daniely Melo Oliveira; Laíssa Souza Araújo; e Claudia Costa de Jesus Conrado.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DE CARGOS DA DIRETORIA, APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO ESTATUTO E APROVAÇÃO DE ABERTURA DE FILIAL, APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO, ALTERAÇÃO DO NOME SOCIAL E NOME FANTASIA DA ASSOCIAÇÃO PROTECTCAR CLUBE DE BENEFÍCIOS – CNPJ: 33.143.164/0001-27

Ficam convocados todos os interessados, nos termos do artigo 59, “caput” da Lei nº 10.406/2002, para a realização da Assembleia Geral de Eleição da nova diretoria, além de deliberação sobre a ordem do dia, a realizar-se no dia 30 de janeiro de 2023, às 19:00hr, na Rua Dely Vieira Silva, nº 51, Felícia, Vitória da Conquista - BA, CEP 45.055-605.

A convocação dar-se-á às 19:00hr do dia mencionado, onde se instalará a Assembleia para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Eleição e Posse de Cargos da Diretoria Executiva
- Alteração do Estatuto Social
- Aprovação de Abertura de Filiais
- Aprovação do Novo Regulamento
- Alteração da Nome Social e Nome fantasia

Vitória da Conquista - BA, 18 de janeiro de 2023.

Gildásio dos Santos Pacheco

### PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE ATO DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

#### EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.

A Oficial Delegatária, MARIA EULÁLIA VIANA LEITE COTRIM, do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Brumado, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que ROSANA GONÇALVES DA SILVA, brasileira, solteira, do lar, maior, RG 14.241.901-00 SSP/BA, CPF 031.708.175-66, residente e domiciliada no Povoado de Lagoa Funda, zona rural, Brumado-BA, protocolou pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, visando a declaração de domínio sobre o imóvel urbano constante do Lote 11 da Quadra 06, do Loteamento São João, situado na Rua Donatila Caires dos Santos, nº 27, Bairro Feliciano Pereira Brumado-BA, com área global de 336,50m<sup>2</sup>, mas, após o Georreferenciamento, com área de 332,75m<sup>2</sup>, com inscrição imobiliária sob o nº 01.08.106.0194.001, tudo em conformidade, com a planta memorial descrito e anotação de responsabilidade técnica-ART, apresentada neste Ofício. Alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação para, no prazo de 15 (quinze) dias, interessados incertos, desconhecidos e/ou eventuais interessados, contestem o feito, sob pena de presumir aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor). Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Brumado-Bahia, 10 de janeiro de 2023. A Oficial: *Maria Eulália Viana Leite Cotrim*

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS  
Maria Eulália Viana Leite Cotrim  
Ofício  
Rua Teodoro Sampaio, 22 - Centro - Brumado - BA  
CEP: 46.100-000 Tel. (77) 3441-5524  
CNPJ: 13.242.318/0001-20

# MÍNIMO TEM QUE SUBIR DE ACORDO COM O CRESCIMENTO DA ECONOMIA, DIZ LULA

## Grupo vai elaborar nova Política de Valorização do Salário Mínimo

FOTOS: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



■ POR ANDREIA VERDÉLIO

<https://agenciabrasil.abc.com.br/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu hoje (18) um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta que trata da Política de Valorização do Salário Mínimo, que trará uma fórmula de cálculo permanente para o piso nacional. Em encontro com cerca de 500 sindicalistas no Palácio do Planalto, Lula disse que o salário mínimo precisa subir de acordo com o crescimento da economia, em equivalência ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país).

“Já provamos que é possível aumentar o salário mínimo acima da inflação. E o mínimo é a melhor forma de fazermos distribuição de renda nesse país. Não adianta o PIB crescer se ele não for distribuído. O PIB já cresceu 14% ao ano nesse país e o trabalhador ficou mais pobre. Porque se o PIB cresce e fica só com o dono da empresa, quem fez o PIB crescer não ganha nada, que é o trabalhador brasileiro”, disse o presidente.

“É isso que tem que fazer para melhorar esse país. Não podemos continuar eternamente um país emergente, em via de desenvolvimento”, acrescentou.

O grupo foi criado a partir de um despacho assinado nesta quarta-feira pelo presidente e terá prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos. Fazem parte os ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Previdência Social, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e a Secretaria-Geral e Casa Civil da Presidência. Segundo Lula, as centrais sindicais também serão ouvidas para a construção da proposta.

“Estou fazendo um convite para que o movimento sindical, representando os trabalhadores brasileiros, ajude o governo a construir uma nova relação entre capital e trabalho e uma nova relação de direitos para o povo trabalhador, porque nós merecemos ser tratados com respeito e com justiça”, disse Lula.

“O mundo do trabalho mudou, é preciso se modernizar, se reinventar a nível de estrutura sindical, por isso que vamos criar uma comissão de negociação com sindicatos, governo e empresários”, destacou o presidente.

Já o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, salientou que a nova política para o salário mínimo será feita pelo conjunto de governo, e respeitando a previsibilidade da economia.

“A previsibilidade é importante para o empresariado, para os prefeitos, para os governadores, para o governo federal, para as instituições da economia, para que nós possamos fazer o que nós fizemos no primeiro governo do presidente Lula que é crescer o poder de compra do salário mínimo mantendo a inflação, mantendo o equilíbrio fiscal. Não tem canetaço, tem construção de entendimento”, disse.



O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, durante encontro com dirigentes de centrais sindicais, no Palácio do Planalto.

De acordo com o ministro, também serão criados, até o final de fevereiro, dois outros grupos de trabalho, sobre a negociação coletiva e o fortalecimento dos sindicatos e sobre a regulamentação do trabalho por aplicativos.

“Nós acompanhamos a angústia de trabalhadores de aplicativos que, muitas vezes, têm que trabalhar 14 horas, 16 horas por dia para poder levar o pão e leite para casa. Isso no meu conceito de trabalho, beira a trabalho escravo. Aqui, as empresas de aplicativos, de plataformas, não se assuntem. Não há aqui nada de mais a não ser o propósito de valorizar o trabalho e trazer a proteção social”, disse Marinho.

## Negociações

As centrais sindicais defendem que o governo federal aplique a política de valorização conforme os termos pactuados em 2007 e abandonados em 2019. Com isso, o piso deveria ser de R\$ 1.343, contemplando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – anteriormente estimado em 5,8% em 2022 -, mais o crescimento do Produto Interno Bruto de 2 anos antes – 4,6% em 2020.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o INPC acumulado oficialmente em 2022 é de 5,93%.

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, a previsibilidade e a valorização permanente do salário são elementos centrais para reconstrução e transformação do Brasil.

“Àqueles que tentam impor em debate responsabilidade fiscal contra responsabilidade social, a responsabilidade fiscal não pode ser o custo do maltrato ao povo pobre, ao povo que padece de insegurança alimentar. O custo fiscal precisa ser um esforço combinado de um Brasil atrasado, mas que tem uma dívida e precisa construir um pacto com seu povo, que pressupõe a constituição de uma política que recompõe não só a inflação, mas sobretudo permitir o ganho real com aumento da variação do PIB”, disse.

“Isso importa muito para a vida de 60 milhões de brasileiros e incrementa e movimenta a economia”, argumentou Araújo. “Temos que fazer o bom combate. O debate do salário mínimo não pode ser pautado pelo Deus mercado [mercado financeiro]. Quem depende do salário mínimo é quem já não consegue mais fazer o supermercado. Temos que apostar em uma política que se aproxime mais dos anseios do nosso povo”, completou.

Atualmente, o salário mínimo está em R\$ 1.302, conforme medida provisória editada em meados de dezembro pelo governo anterior. Esse valor considera a variação do INPC acrescido de ganho real de aproximadamente 1,4%.

Entretanto, o valor aprovado pelo Congresso Nacional no Orçamento Geral da União de 2023 é de R\$ 1.320, mas, para entrar em vigor, depende de uma nova medida provisória do Executivo. A preocupação do governo é com a insuficiência de recursos

para bancar o novo valor.

Apesar de a Emenda Constitucional da Transição ter assegurado R\$ 6,8 bilhões para o salário mínimo de R\$ 1.320, a forte liberação de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos últimos meses do ano passado pode resultar em um impacto fiscal maior que o previsto. Vários benefícios sociais e trabalhistas, como o seguro-desemprego, abono do PIS/Pasep, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros, também são atrelados ao piso nacional, devendo ser corrigidos.

De acordo com cálculos preliminares da equipe econômica, o governo precisaria de mais R\$ 7,7 bilhões para reajustar o valor ainda em janeiro. Neste caso, os recursos poderiam vir do remanejamento de dinheiro de outros os ministérios.

Em declaração recente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que não ocorreu descumprimento de promessa de campanha do presidente Lula. “O compromisso do presidente Lula é de aumento real [para o salário mínimo], o que já aconteceu. O salário mínimo atual é 1,4% maior que a inflação acumulada desde o último reajuste”, disse.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em dezembro de 2022 o salário mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas (alimentação, moradia, vestuário, educação, higiene, transporte, lazer e previdência) de uma família com quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.647,63.

## Outras pautas



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa de encontro com dirigentes de centrais sindicais, no Palácio do Planalto

Durante o evento com o presidente Lula, os sindicalistas apresentaram ainda outras demandas trabalhistas, como a regulação do trabalho em aplicativos, a valorização da negociação coletiva, o fortalecimento do Ministério do Trabalho, o reajuste da tabela do Imposto de Renda, a revogação de normas para a recuperação de direitos trabalhistas, a criação de um plano nacional de formação profissional, a melhoria e equilíbrio das condições de trabalho de mulheres e negros e o cancelamento das privatizações.

Além de Araújo, da CTB, estiveram presentes e falaram durante o evento o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre; o presidente da Força Sindical, Miguel Torres; o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Moacyr Roberto Tesch Auersvald; o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto; a presidenta da Intersindical Central Sindical, Nilza Pereira; o vice-presidente da Central Pública, Hugo René; o presidente da Intersindical Instrumento de Lutas, Emanuel Melato; e o presidente da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates.

Em abril do ano passado, o movimento sindical também entregou a Lula, ainda como pré-candidato à Presidência, a Pauta da Classe Trabalhadora, documento unitário das centrais, aprovado na Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat).

# LIVRO RESGATA PENSAMENTOS DE ASTROS DO ESPORTE, POLÍTICOS E ARTISTAS DO BRASIL NOS ANOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

FOTO: DIVULGAÇÃO

Um novo livro chega à praça e certamente vai dar o que falar e muito o que pensar e refletir. É o que sugere o conteúdo de *A Um Passo da Liberdade – 1985-1986*, organizado pelos jornalistas Césio Oliveira, Vander Prata, José Barreto e pelo produtor cultural Sérgio Guerra. Com fotos de Sonia Carmo, a obra tem o selo da Editora Maianga e apoio cultural da Objectiva Comunicação. O prefácio é do romancista e antropólogo Antonio Risério e o texto de orelha é do cientista político Paulo Fábio Dantas Neto.

O livro resgata reportagens e entrevistas exclusivas e antológicas, publicadas pelo tabloide *Jornal da Pituba* (Salvador, Bahia) nos anos de 1985/1986. As entrevistas refletem o que pensavam e o que diziam importantes personagens da cena política, social e cultural do Brasil, à véspera da redemocratização e da primeira eleição direta pós-ditadura, a um passo da liberdade: Caetano Veloso, Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, Waldir Pires, Dorival Caymmi, Dom Avelar Brandão Vilela, general Juracy Magalhães, Cid Teixeira, José Carlos Capinan, Mário Kertész, Zélia Gattai, Bemvindo Sequeira, Fernando Gabeira, Grande Otelo, Moraes Moreira, Pierre Verger, Glauber Rocha, Waly Salomão e Theodomiro Romeiro dos Santos, o único preso político condenado à morte pela ditadura. O livro revela também o silêncio de João Gilberto.

## Ousadia e bom humor à moda baiana

O *Jornal da Pituba*, último alternativo da imprensa baiana, registrou aquele importante momento de transição da nossa história, com cautela, desconfiança, ousadia e bom humor, conforme afirmam os autores do livro, à época editores do jornal: “Fizemos um jornalismo livre, informativo e crítico, revolucionário, sem militâncias ideológicas, absolutamente democrático.”

Passados 36 anos, o conteúdo revela-se de enorme importância histórica, dizem os autores, para a leitura, análise e reflexão na transição da Ditadura Militar para a democracia e recuperação das liberdades.

Nos anos 1985/1986 o país sonhava com a esperança de tornar-se uma nação livre de amarras ditatoriais, liberto de dogmas ancestrais e conservadores do comportamento humano, decidido a andar para frente, pois estava a um passo do retorno à democracia. Mas deu no que deu. O povo foi às ruas por “Diretas Já”. O país elegeu Fernando Collor na primeira eleição para presidente e, com o passar dos anos, levou Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto (2018).

O livro *A um passo da liberdade* – projeto gráfico do designer Jair Dantas, criador também em 1985 da arte e grafismo do *Jornal da Pituba* – reproduz ainda as capas e contracapas originais do jornal, obras de arte geniais do tropicalista Rogério Duarte e de Fernando Borba, além de textos inéditos – feitos exclusivamente para o *Jornal da Pituba* – de Caetano Veloso, Glauber Rocha, José Carlos Capinan e Waly Salomão. E ainda as peripécias do personagem de quadrinhos Pituboião – criação do caricaturista Lage, artista top nacional do humor gráfico daqueles anos.

Às vésperas da Copa do Mundo de 1986, o *Jornal da Pituba* foi ao Maracanã e entrou em campo para entrevistar o jornalista Armando Nogueira (diretor de jornalismo da Rede Globo) e alguns eternos ídolos do futebol mundial: Pelé, Zizinho, Didi e Ademir Menezes.

Era o tempo da Nova República. O país morria de medo da Aids. Cazuza cantava *Exagerado*. Gal Costa e Tim Maia na parada de sucessos com *Um dia de domingo*. Ayrton Sena ganhou seu primeiro GP da Fórmula 1, em Portugal. Ocorreu o primeiro apagão de energia elétrica no país.

O livro *A um passo da liberdade* publica 17 entrevistas e reportagens, praticamente inéditas, absolutamente oportunas do ponto de vista histórico, afirmam os autores, “por conta dos saberes e dizeres dos entrevistados, ainda mais relevantes depois de tantos anos passados”.

### Serviço:

**Editora:** Edições Maianga

**ISBN:** 978-85-88543-52-2

**Páginas:** 324 páginas

**Preço:** R\$ 69 venda direta. R\$ 90 com frete incluso para o território brasileiro

**Vendas:** e-mail: vaprata@gmail.com. Em breve em livrarias



# Brumado - Ba

FONTE: WWW.CLIMATEMPO.COM.BR

19  
qui

↓ 20°
↑ 30°

90%

Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

**TEMPERATURA**

↓ 20° ↑ 30°

**CHUVA**

2mm - 90%

**VENTO**

← ENE - 12km/h

**UMIDADE DO AR**

47% 100%

**ARCO-ÍRIS**

Alta probabilidad.

**SOL**

05:31 - 18:22

**LUA**

Minguante

# Digital Total

